

HANNAH ARENDT E O CONCEITO DE LIBERDADE

Hannah Arendt and Freedom Concept

Mauro Sérgio Santos da Silva¹

Dennys Garcia Xavier²

Resumo: O presente trabalho tem como mote apresentar elementos importantes do conceito de liberdade presentes na obra de Arendt, mormente a partir do texto intitulado *Que é liberdade? De Entre o Passado e o Futuro*, texto no qual a autora trata do conceito de liberdade na tradição filosófica e dos problemas que o pensamento ocidental encontra para entender a liberdade como política. Porquanto, discorreremos acerca da ideia de liberdade como sentido da política, sobre a separação entre política e liberdade operada pela tradição, a dissolução da esfera ou espaço público, encetada pela modernidade e aprofundada pelas experiências políticas do século XX. Esta reflexão afigura-se sobremaneira relevante para a compreensão das condições reservadas à política no mundo moderno, vem a ser, após as duas grandes Guerras. Para Arendt, a palavra e a ação, quando convertidas em política, podem constituir uma esfera (política) cuja existência permite o aparecimento da liberdade.

Palavras-chave: Arendt; Espaço Público; Política; Ação; Liberdade.

Abstract: This work aims to present important elements of the freedom concept present in the Arendt's work, especially from the text entitled *What is freedom? In Between the Past and the Future*, author deals with the concept of freedom in the philosophical tradition and the problems that Western thought is to understand freedom as political. With this, we will discuss about the idea of freedom as the direction of politic on the separation between politics and freedom operated by tradition, the dissolution of the sphere or public space, which was initiated by modernity and deepened by the political experiences of the twentieth century. This reflection will be exceedingly relevant to understanding the conditions reserved for politics in the modern world, becomes, after the two great wars. For Arendt, the word and the action, when converted into politic can be a sphere (politic) whose existence allows the freedom appearance.

Keywords: Arendt; Public Space; Politics; Action; Freedom.

Introdução

Hannah Arendt, pensadora judia, nascida na Alemanha, em 1906, foi aluna de Heidegger, Jaspers e Husserl. Fugindo do nazismo, exila-se nos EUA, onde permanece até o fim de sua vida, em 1975³.

¹ Mestrando em Filosofia Política (UFU).

² Pós-Doutorado em História da Filosofia Antiga (Univ. de Coimbra/UnB). Doutor em *Storia della Filosofia (Università degli Studi di Macerata - UNIMC)*. Professor Adjunto do Instituto de Filosofia (Universidade Federal de Uberlândia-UFU). Presidente da Sociedade Brasileira de Platonistas (SBP).

Sua obra está inserida e é profundamente influenciada pelos acontecimentos do século XX: as duas grandes guerras, os regimes totalitários (nazista e stalinista) e as relações internacionais no contexto da Guerra Fria.

Todavia, Arendt apresenta um pensamento político sobremaneira original. Opõe-se ao totalitarismo soviético sem se render à idolatria capitalista. Coaduna profunda atenção aos acontecimentos de seu tempo com significativa erudição e apropriação teórica da história. Alinhava o rigor filosófico à sensibilidade estética. Ilumina as sombrias experiências do mundo moderno com sua fidelidade à tradição e concomitante criatividade. Em sua vida e em sua obra encontramos uma amálgama de: engajamento político e distanciamento reflexivo, parcimônia e imaginação; firmeza na defesa de suas posições e tolerância em face da pluralidade.

Sua obra, formulada em “tempos sombrios”, não obstante, repudia o pessimismo. Sem qualquer dose de ingenuidade, Arendt considera que cada nascimento amplia o repertório de possibilidades e enriquece a vida no planeta com novas perspectivas e ações inovadoras capazes de trazer à baila o novo na esfera pública.

Porquanto, discorreremos acerca da ideia de liberdade como sentido da política, sobre a separação entre esta e a liberdade operada pela tradição, a dissolução da esfera ou espaço público, encetada pela modernidade e aprofundada pelas experiências políticas do século XX. Esta reflexão apresenta-se pertinente na medida em que nos auxilia na compreensão das condições reservadas à política no mundo moderno, ou seja, após as duas grandes Guerras. Para Arendt, a palavra e a ação, quando convertidas em política, podem constituir uma esfera (política) cuja existência permite o aparecimento da liberdade.

Considerações gerais sobre a obra *Entre o Passado e o Futuro*

Conforme Lafer, entre as obras de Hannah Arendt, esta é aquela “onde pulsa simultaneamente o conjunto de inquietações a partir do qual esta admirável representante da cultura de Weimar ilumina, para usar umas de suas expressões prediletas, a reflexão política do século XX”⁴.

³ YOUNG-BRUEHL, 1997

⁴ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.9.

Neste livro, publicado pela primeira vez em 1954, dividido em oito partes, a autora discute elementos significativos de todo o acervo temático de sua obra: a relação entre o pensamento político clássico e a época moderna; o conceito de história; a questão da autoridade; as crises da educação e da cultura relação entre verdade e política, entre outros.

Digno de nota é, seguramente, a sugestiva discussão que Arendt propõe acerca do papel de Marx, Kierkegaard e Nietzsche na História da Filosofia e no processo de ruptura com a tradição⁵. Ao analisar o pensamento desses três autores, Arendt evidencia “o esfacelamento da tradição intelectual que levou, com a perda da visão globalizadora, à circularidade da relação entre fatos e teorias”⁶. Este tema, não obstante sua relevância, não faz parte dos objetivos deste trabalho. Para o referido, interessa-nos, precipuamente, o capítulo IV que trata especificamente da questão da liberdade.

Evidentemente, o conceito arendtiano de liberdade não é de fácil definição e perpassa parte significativa de sua obra. No entanto, pelo fato de Arendt ter dedicado um texto exclusivamente a esta reflexão, *Que é liberdade?* é seguramente, o ponto de partida fundamental desta discussão. Nesta obra, Arendt, demonstra “a partir de sua proposta sobre a condição humana, que a palavra e a ação, para se converterem em política, requerem um espaço que constitui o mundo político, cuja existência permite o aparecimento da liberdade”⁷.

1- O Conceito de liberdade a partir da obra de Arendt

A liberdade é uma temática recorrente em toda a obra de Hannah Arendt. É elemento central no bojo de suas análises acerca da condição política do homem e de sua crítica à condição humana na modernidade. Trata-se, nesta sorte, de um tema sobremodo relevante para a compreensão de seu pensamento, das inovações nesta esfera promovidas pela era moderna e, mormente, de sua reflexão acerca do sentido da política no que Arendt compreende como mundo moderno, propósito último deste trabalho.

Não se trata, evidentemente, de uma questão simples. Conforme Arendt:

⁵ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.55.

⁶ LAFER, 2003, p.27.

⁷ LAFER, 2003, p.31.

[...] Levantar a questão –o que é liberdade – parece ser uma empresa irrealizável. É como se as velhas contradições e antinomias estivessem à nossa espreita para forçar o espírito a dilemas de impossibilidade lógica de tal modo que, dependendo da solução escolhida, se torna tão impossível conceber a liberdade ou o seu oposto quanto entender a noção de um círculo quadrado⁸

No entanto, segundo a autora,

[...] em todas as questões práticas, e em especial nas políticas, temos a liberdade humana como uma verdade evidente por si mesma, e é sobre essa suposição axiomática que as leis são estabelecidas nas comunidades humanas, que decisões são tomadas e que juízos são feitos⁹.

Todavia, o problema da liberdade, afigura-se crucial às questões políticas de tal forma que nenhuma teoria política pode, conforme Arendt, ousar permanecer alheia a esta *obscura* questão. Para Arendt, o ponto crucial deste tema e o motivo de tal obscuridade reside no fato de que a

[...] liberdade não surge na esfera do pensamento, que nem a liberdade nem o seu contrário são vivenciados no diálogo comigo mesmo no decurso do qual emergem as grandes questões filosóficas e metafísicas, e que a tradição filosófica, cuja origem a esse respeito consideramos mais tarde, distorceu, em vez de esclarecer, a própria ideia de liberdade, tal como ela é dada na experiência humana, ao transpô-la de seu campo original, o âmbito da Política e dos problemas humanos em geral, para um domínio interno, a vontade, onde ela seria aberta à auto-inspeção¹⁰.

Arendt demarca que a liberdade é a última das questões metafísicas tradicionais a se converter em investigação filosófica. Sua aparição filosófica ocorre a partir das experiências religiosas das conversões de Paulo e, depois, de Agostinho¹¹.

No entanto, postula Arendt, antes de ser um problema filosófico, a liberdade sempre foi conhecida e pertencente ao âmbito da política. Trata-se antes de tudo de um fato da vida cotidiana¹².

Nesse sentido, ainda hoje,

[...] devemos ter sempre em mente, ao falarmos da liberdade, o problema da política e o fato de o homem ser dotado com o dom da ação; pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas que sequer poderíamos conceber sem ao menos admitir a existência da

⁸ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.188.

⁹ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.189.

¹⁰ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.191.

¹¹ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.191.

¹² ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.191.

liberdade, e é difícil tocar em um problema político particular sem, implícita ou explicitamente, tocar em um problema da liberdade humana¹³.

Porquanto, sob a perspectiva política arendtiana, a liberdade é mais do que parte do acervo de problemas relativos à vida associativa dos homens tais como a justiça, o poder ou mesmo a igualdade. Para Arendt, a liberdade é o que confere sentido à esfera pública. É a razão de ser da vida política; é o motivo pelo qual os homens convivem politicamente organizados¹⁴.

Destarte, o esforço de Hannah Arendt, ao tomar a liberdade como ponto central de seu pensamento, parece assentar-se sob objetivo de retratar a condição libertária do homem que, no início da era cristã e seguindo toda a modernidade, negou amiúde o caráter externo da liberdade, transpondo-a para o espaço da interioridade, da consciência, lugar inacessível aos homens da sociedade política. Ademais, a liberdade, demonstra Arendt, expressão dotada de nobre apreço pelos homens, é utilizada de forma sobremaneira generalizante, ampliada, o que a esvazia, pulveriza-a¹⁵.

A liberdade é, para Hannah Arendt, um problema crucial no âmbito das questões políticas. Conforme a Arendt o sentido da política é a própria liberdade e o seu domínio de experiência é a ação, atividade política, por excelência. Liberdade e política se identificam no espaço público, cuja referência primordial é a *invenção* política dos gregos: a *pólis*, a cidade-estado.

Para Arendt, a liberdade no espaço público, não pode prescindir da liberação da necessidade biológica. A liberdade política exige a superação do estado do *animal laborans*. A concepção arendtiana de liberdade também não se refere ao diálogo do eu consigo mesmo no âmbito do pensamento. Também não é o que concebemos como liberdade (moderna) que, conforme Lafer¹⁶, desde Locke significa uma esfera privada de ação individual mais ou menos extensa, não controlada pelo poder estatal, que tem os seus limites estabelecidos pelo contrato social.

Conforme Lafer,

¹³ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.191-192.

¹⁴ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.192.

¹⁵ CORREIA, 2008, p.113.

¹⁶ LAFER, 2003, p.31.

[...] Liberdade, para Hannah Arendt, é a liberdade antiga, relacionada com a polis grega. Significa liberdade para participar, democraticamente, do espaço público da palavra e da ação. Liberdade, nesta acepção, e a política surgem do diálogo no plural, que aparece quando existe este espaço público que permite a palavra viva e a ação vivida, numa unidade criativa e criadora¹⁷.

Para Arendt, a liberdade é uma atividade exercida pelos homens por meio do convívio entre eles. Refere-se a um fenômeno da vida política e, como tal, trata-se de algo que aparece aos homens, adquirindo existência na medida em que ocorre a externalização. Na reflexão arendtiana a liberdade não é um dado da consciência ou da vida interior. Ao contrário, apresenta-se como atividade da vida política¹⁸.

Hannah Arendt aborda a questão da liberdade como algo concreto, do mundo fenomênico. Ela não brota do pensamento, do diálogo do *eu consigo mesmo*. Não é algo que nasce com o homem ou que lhe é dado como uma espécie de dádiva. Trata-se, ao contrário, de uma *conquista humana*. Surge historicamente na antiguidade, quando da descoberta da política, na cidade-estado, onde os homens passam a viver organizados politicamente. Na experiência da *pólis*, a liberdade é o sentido da vida associativa, da política. Manifesta-se pela ação na esfera pública¹⁹.

No âmbito da política — o seu espaço original — a liberdade é, conforme Arendt, como que um elemento *da vida cotidiana*. Está intrinsecamente ligada ao fato de que os homens são dotados de ação. Nas palavras da autora: “ação e política entre todas as capacidades e potencialidades humanas são as únicas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade”²⁰.

A liberdade “é o motivo porque os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política seria destituída de significado. A *raison d’être* da política é a liberdade e seu domínio de experiência é a ação”²¹.

Mas a liberdade de que fala Arendt não é, faz-se mister insistir, o que consuetudinariamente entendemos como liberdade interior, individual. Seu *campo de expressão*, por assim dizer, não é o pensamento ou a vontade. Ela não se realiza nas

¹⁷ LAFER, 2003, p.31.

¹⁸ CORREIA, 2008 p.113.

¹⁹ NASCIMENTO, 1994, p.1-2.

²⁰ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.191-192.

²¹ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.192.

atividades do *labor* ou do *trabalho*²². Pelo contrário, seu domínio é a ação, atividade genuinamente política, desencadeada na esfera pública.

Nascimento, em uma de seus primeiros estudos acerca do pensamento de Hannah Arendt, explicita a noção arendtiana de liberdade:

[...] A liberdade é uma atividade exercida pelos homens através do convívio entre eles. É um fenômeno da vida política; e, enquanto fenômeno, é algo que aparece aos homens, que tem existência quando externalizado. Apresenta-se como atividade da vida política e não um dado da consciência, da vida interior, como foi concebida a partir da antiguidade tardia²³.

O conceito arendtiano de liberdade está fortemente relacionado ao exercício das atividades públicas. Para Arendt a razão de ser da política (e o seu sentido) é a liberdade. Se os homens não tivessem a capacidade de se relacionar livremente, não haveria política; e se os homens não tivessem a potencialidade de estabelecer sua própria realidade, a política não teria sentido algum.

O conceito arendtiano de liberdade é político. Para Arendt, a liberdade não está na esfera da privacidade, da interioridade, da intimidade. Ela está justamente na convivência entre os homens, na esfera pública das questões comuns²⁴.

Em suma, nas palavras da própria autora, “A *raison d’être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação”²⁵.

2- A experiência greco-romana: a liberdade (originalmente) política

É na tradição greco-romana, política e pré-filosófica que Arendt busca os fundamentos para sua genuína noção de espaço público, logo: da liberdade política. Segundo a pensadora: “tanto na Antiguidade grega como na romana a liberdade era um conceito exclusivamente político, a quintessência, na verdade, da cidade-estado e da cidadania”²⁶. Para Arendt, tanto a República Romana quanto a Democracia Ateniense criaram espaços propícios à participação dos cidadãos nos assuntos comuns.

Para Arendt, na antiguidade greco-romana, na experiência da *pólis*, especialmente:

²² ARENDT, *A Condição Humana*, p.15.

²³ NASCIMENTO, 1994, p.2.

²⁴ RUBIANA, 2011, p.9.

²⁵ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.192.

²⁶ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.205.

[...] antes que se tornasse um atributo do pensamento ou uma qualidade da vontade, a liberdade era entendida como o estado do homem livre, que o capacitava a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações. Essa liberdade, é claro, era precedida da liberação: para ser livre, o homem deve ter-se libertado das necessidades da vida²⁷.

Todavia, a liberação das necessidades da casa, por si só, evidentemente, não garantia a liberdade. Além da mera liberação, a liberdade não podia prescindir da existência de outros homens na mesma condição e, outrossim, de uma esfera pública comum para encontrá-los: um mundo comum politicamente organizado no qual os homens, por meio de palavras e atos, pudessem inserir-se²⁸.

Assim, no bojo da reflexão arendtiana, a política (seu sentido e seu espaço) tem incontestante referência à *pólis*: organização historicamente ímpar da cidade-estado, criada pelos gregos; povo que descobriu a esfera da política e também a sua essência. A *pólis* é referencialmente o mundo comum, palco da palavra e da ação, lugar no qual se manifesta a liberdade. Assim,

[...] se entendemos o político no sentido da polis, sua finalidade ou *raison d'être* seria estabelecer e manter em existência um espaço, em que a liberdade, enquanto virtuosismo pudesse aparecer. É este o âmbito em que a liberdade se constitui uma realidade concreta, tangível em palavras que podemos escutar, em feitos que podem ser vistos e em eventos que são lembrados e transformados em estórias, antes que se incorporem por fim ao grande livro da história da humanidade²⁹.

Em todas as línguas europeias, política, lembra Arendt, deriva de *pólis*. Foram os gregos que descobriram esta esfera. E, para eles, a finalidade da política (*pólis*) não era outra senão garantir a manifestação da liberdade, ou seja, constituir um espaço no qual ela fosse uma realidade concreta, tangível.

Ligada à política, a liberdade não está, evidentemente, no âmbito da vontade. Não se trata de *livre arbítrio*. Trata-se, antes de tudo, de, por meio da ação chamar à existência o que antes não existia, o que não fora dado nem mesmo como um objeto de cognição ou de imaginação e que não poderia, portanto, estritamente falando, ser conhecido.

Para que seja livre, a ação deve transcender à esfera dos motivos e fins. A ação (livre) não é regida pelo intelecto, pela vontade, por uma *faculdade interior*. Ela é

²⁷ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.194.

²⁸ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.194.

²⁹ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.201.

encetada pelo que Arendt denomina *princípio*. Diferentemente dos fins e motivos, os princípios são *inexauríveis* e *universais*. No entanto, manifestam-se apenas no ato realizador, isto é, enquanto dura a ação. Tais princípios são, por exemplo, a honra, a glória, o amor à igualdade, a virtude (excelência). Quando estes princípios são atualizados, trazidos à tona por meio da ação, a liberdade é manifesta. Por isso: “os homens *são* livres—diferentemente de possuírem o dom da liberdade — enquanto agem, nem antes, nem depois, pois ser livre e agir são uma mesma coisa”³⁰. Para Arendt, o conceito de *virtú* de Maquiavel é o que melhor expressa o significado de liberdade. A ação está no âmbito das chamadas *artes de realização*. A perfeição e a excelência devem estar no desempenho, no processo. Diferente do que acontece nas *artes de fabricação*; para estas, o importante é o produto que independe do desempenho. Diz a autora:

[...] as instituições políticas — não importa quão bem ou mal sejam projetadas — dependem, para sua existência permanente, de homens em ação, e sua conservação é obtida pelos mesmos meios que os trouxeram à existência. A existência independente identifica a obra de arte como um produto do fazer; a total dependência de atos posteriores para mantê-los em existência caracteriza o Estado com um produto da ação³¹.

O Estado, as instituições políticas, não são produtos da fabricação. Nunca estão *prontos* como um quadro, por exemplo. As instituições políticas são gestadas e mantidas pela ação. Nas artes de fabricação interessa ao público o produto final do trabalho. Na política, como na dança, na interpretação, o desempenho é o *próprio produto*. Por isso, na política, como nas artes de realização, em geral, a presença de outros é fundamental.

[...] Os artistas executantes— dançarinos, atores, músicos e o que valha — precisam de uma audiência para mostrarem seu virtuosismo, do mesmo modo como os homens que agem precisam da presença de outros ante os quais possam aparecer; ambos requerem um espaço publicamente organizado para sua ‘obra’, e ambos dependem de outros para o desempenho em si³².

Para se realizar *concretamente*, a liberdade precisa de três elementos. Primeiramente, a liberação do jugo da necessidade. Na Grécia antiga, para que pudessem se dedicar às atividades da *pólis*, os cidadãos necessitavam, antes de tudo, de estarem isentos das obrigações da casa (*óikos*). Em segundo lugar, é fundamental a companhia de outros homens; a possibilidade das relações intersubjetivas. Os cidadãos gregos agiam e discursavam sob a condição de que seriam ouvidos e vistos. Por fim, a liberdade só se *manifesta* em um espaço politicamente organizado (assegurado) no qual o mundo

³⁰ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.199.

³¹ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.200.

³² ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.200-201.

comum se torna palco da palavra e da ação; no caso grego, a cidade-estado, a *pólis*. Por isso, para Arendt a liberdade, antes de ser uma *ideia, atributo do pensamento*— ligado à vontade — é, como já outrora postulado, “o estado do homem livre, que o capacita a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo, a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações”³³.

Nesta sorte, conforme a pensadora, a liberdade coincide com a política na medida em que pode ser demonstrada. E, da mesma maneira que a liberdade é o sentido da política, a coragem é a *virtude cardeal* desta esfera. No espaço público—fora dos portões da casa — a preocupação maior não é com as necessidades vitais, mas com o mundo. E no mundo, faz-se necessário “*ter coragem até mesmo para deixar a segurança protetora de nossas quatro paredes*”³⁴.

3- Separação entre as noções de política e liberdade: da antiguidade ao pensamento político moderno

O conceito arendtiano de liberdade remonta, cabe aqui sublinhar, ao paradigma grego. Na *pólis*, liberdade e política não eram apenas compatíveis, conciliáveis, mas idênticas. A partir da antiguidade estas duas noções são dissociadas. Doravante, a liberdade seria conhecida como um fenômeno da vida interior identificado com a ideia de *livre arbítrio*. Tanto na tradição cristã, como na filosofia, vontade, vontade de poder e força de vontade seriam identificadas. E a liberdade passaria a ser entendida como a confluência entre o querer e o poder (prioritariamente individual).

Conforme Arendt³⁵, na tradição (cristã e filosófica) a liberdade seria transposta “de seu campo original, o âmbito da política e dos problemas humanos em geral, para um domínio interno, a vontade”.

Segundo Arendt, com Epicteto, na antiguidade, há uma consciente tentativa de dissociar a liberdade da política. E é esse o fator que precede o aparecimento da problemática da liberdade para a filosofia, em Agostinho³⁶.

³³ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.194.

³⁴ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.201-203.

³⁵ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.191.

³⁶ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.193.

Para Agostinho, a quem Hannah dedica sua tese de doutoramento³⁷, a liberdade é abordada como uma faculdade interior; atributo da vontade, do querer, como livre arbítrio (*liberum arbitrium*). É vista como manifestação da consciência.

Mas para Arendt, a liberdade (política) instaurada em toda teoria política, mesmo aquelas propensas à tirania, precisa levar em consideração que é justamente o oposto do que denominou-se liberdade interior; sentimento carente de significação política. Predomina, pois, na antiguidade, conforme Arendt, o conceito de liberdade interior e apolítica³⁸.

Por conseguinte, é esta a compreensão que perdura até a modernidade. E nesta, conforme Nascimento³⁹, não obstante as referências de Montesquieu e de Benjamin Constant a uma liberdade política “o que prevaleceu, no entanto, foi o entendimento da liberdade como algo próprio das faculdades do espírito”.

A liberdade torna-se preocupação filosófica exatamente quando sai da esfera do agir (na companhia de outros) e passa à do querer, do relacionamento entre eu e eu mesmo. Há, neste momento, um “desvio filosófico da ação para a força de vontade, da liberdade como um estado de ser manifesto na ação para o ‘*liberum arbitrium*’. E, postula Arendt, esta identificação entre liberdade (livre arbítrio) com a vontade é “uma das causas pelas quais ainda hoje equacionamos quase automaticamente poder com opressão ou, no mínimo, como governo sobre os outros”⁴⁰.

Desde o desvio filosófico da Antiguidade, também para o cristianismo, a liberdade sempre dependeu de uma abstenção da política, de uma renúncia à *vida ativa* em benefício da *vida contemplativa* e “o caráter privativo da privatividade, a consciência de se estar privado de algo essencial, numa vida passada exclusivamente na esfera restritiva do lar, perdeu sua força e quase se extinguiu”⁴¹.

No que se segue, para Arendt, toda a idade moderna separaria a liberdade de política. Os pensadores políticos dos séculos XVII e XVIII terminaram por identificar política com segurança. E a política seria entendida como liberdade *da* política.

³⁷ ARENDT, *O conceito de amor em Santo Agostinho*.1997.

³⁸ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.192.

³⁹ NASCIMENTO, 1994, p.7.

⁴⁰ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.210-211.

⁴¹ ARENDT, *A Condição Humana*, p.69.

E o liberalismo, estabelece Arendt, “não obstante o nome colaborou para a eliminação da noção de liberdade do âmbito da política”. Ademais, a ascensão da esfera da vida social e econômica obscureceu “o âmbito da política desde os primórdios da era moderna”⁴².

No mundo moderno, a antiga divisão entre esfera privada e pública torna-se ainda mais fluida. Falamos em uma *economia social*, *economia nacional*. A nação é entendida como uma espécie de *grande família*, e a sociedade é facilmente identificada como conjunto de famílias organizadas economicamente. Conforme Arendt⁴³, “no mundo moderno as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como andor no perene fluir do próprio processo de vida”.

E é essa compreensão acerca da política que permite a Arendt empreender uma análise crítica em relação à inversão promovida pela modernidade que faz com que a lógica privada das necessidades da vida adquira dimensão política, relegando a política à esfera administrativa e burocrática. Conforme Telles⁴⁴, a modernidade estabelece uma espécie de negação da natureza política da esfera pública o que transforma a vida associativa em uma “sociedade despolitizada marcada pela atomização, competição e instrumentalização de tudo”⁴⁵. Segundo Nascimento, nesta sociedade sem um mundo comum que relacione e, concomitantemente separe os homens, estes “vivem em uma separação desesperadamente solitária ou são comprimidos em massas”⁴⁶, conforme Arendt⁴⁷.

A esfera pública é transformada no espaço da administração técnica e burocrática em exclusiva atenção à lógica da manutenção da vida, preocupação que, na tradição da cultura ocidental referir-se-ia unicamente à esfera da economia, ao âmbito doméstico. E é esta perda da fronteira entre o público e o privado, erigida historicamente que configura, na era moderna, a noção de esfera social⁴⁸, conforme Arendt⁴⁹.

⁴² ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.202.

⁴³ ARENDT, *A Condição Humana*, p.42-43.

⁴⁴ TELLES, 1990, p.48.

⁴⁵ Cf. CORREIA, 2008, p.58.

⁴⁶ CORREIA; NASCIMENTO, 2008, p.58.

⁴⁷ ARENDT, *A Condição Humana*.

⁴⁸ CORREIA, 2008.

⁴⁹ ARENDT, *A Condição Humana*.

Nos séculos XIX e XX, com o desenvolvimento das Ciências Sociais e Políticas, o Governo que na idade moderna era concebido como *o domínio total da política*, passa, doravante a ser compreendido como uma espécie de *protetor* de toda a sociedade em seu processo vital. E, enfim, no século XX, os acontecimentos relacionados ao fenômeno totalitário “fazem-nos duvidar não apenas da coincidência da política com a liberdade como de sua compatibilidade”⁵⁰. Na experiência do totalitarismo a prevalência das considerações políticas sempre se fizeram acompanhar da supressão da liberdade. Conforme Telles⁵¹, o fenômeno totalitário opera a *dissolução do espaço público*.

3.1 - Separação entre as noções de política e liberdade: o Totalitarismo

Em Arendt⁵² a autora que, na condição de judia, viveu os horrores da ascensão do nazismo na Alemanha e a crescente perseguição dos judeus, propõe uma singular explicação do fenômeno totalitário, mediante amplo estudo político e histórico desta forma de governo.

Nas duas primeiras partes do livro intituladas, respectivamente, antissemitismo e imperialismo, Arendt elenca elementos que, na medida em que se cristalizaram, possibilitaram a ascensão do totalitarismo na Alemanha. Na terceira parte da obra discorre sobre as características constituintes do totalitarismo em suas duas experiências: a alemã e a soviética, quais sejam: a propaganda e o terror no processo de mobilização das massas.

Arendt⁵³ demonstra que o totalitarismo se configura em uma organização maciça de indivíduos atomizados e isolados, na confusão entre as esferas pública e privada, na dominação das vidas dos indivíduos-cidadãos pelo Estado, na dissolução do espaço da pluralidade, lugar da ação e, portanto, na absoluta negação da liberdade.

Em sua análise, Arendt retoma os postulados de Montesquieu para demonstrar que o totalitarismo não pode ser compreendido e explicado a partir das categorias do pensamento político clássico, na medida em que este sempre se amparou na separação clara entre esfera pública e esfera privada; o que não ocorre no totalitarismo. Para

⁵⁰ ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p.195.

⁵¹ TELLES, 1999, p.29-77.

⁵² ARENDT, *Origens do Totalitarismo*.

⁵³ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*.

Montesquieu, em cada regime político, governantes e governados seguem determinados princípios de ação: na monarquia, a honra, na república, a virtude, na tirania, o medo.

Para Arendt, o totalitarismo subverte esse esquema tradicional em face de sua pretensão de dominação total da vida do ser humano, extinguindo a diferença entre o público e o privado. Os governos totalitários dominam tanto os indivíduos (esfera privada) quanto os cidadãos (esfera pública). Segundo Arendt, o princípio político do regime totalitário não é nenhum dos anteriores, mas o terror. Os governos, nos regimes totalitários colocam-se para além da legalidade e do direito. A dominação totalitária segue outro esquema lógico que transcende as convenções humanas e não pode ser questionado ou humanamente controlado. No caso do totalitarismo stalinistas, a “lei da História”. No caso alemão, a “lei da Natureza”. O terror transforma uma ação abominável em algo legal e aparentemente necessário e banal, conforme demonstrado no caso Eichmann em Arendt⁵⁴. Postula a autora:

[...] A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes. O terror, como o conhecemos hoje, ataca sem provocação preliminar, e suas vítimas são inocentes até mesmo do ponto de vista do perseguidor. Esse foi o caso da Alemanha nazista, quando a campanha foi dirigida aos judeus, isto é, contra pessoas cujas características comuns eram aleatórias e independentes da conduta individual específica⁵⁵.

E prossegue:

[...] O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido⁵⁶.

Outro elemento importante à dominação no sistema totalitário é o isolamento dos indivíduos e seu desenraizamento, isto é, a dissolução dos laços sociais. Conforme demonstra Arendt, indivíduos isolados são dominados completamente.

O terror totalitário obscurece a diferença entre as esferas pública e privada, torna dissoluto o espaço público na medida em que ao invés de uma comunidade política, constrói uma sociedade de “massa”. Através da ideologia, o totalitarismo constrói um

⁵⁴ ARENDT, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*.

⁵⁵ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.26.

⁵⁶ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.26.

sistema explicativo do mundo que não tem necessária relação com a realidade concreta da vida. Explica o passado e o futuro. Nesse sentido, o poema datado de 1930, de Bertold Brecht, abaixo transcrito demonstra a importância da propaganda no regime totalitário no processo de ampliação do isolamento e dominação dos indivíduos.

1
É possível que em nosso país nem tudo ande como deveria andar.
Mas ninguém pode negar que a propaganda é boa.
Mesmo os famintos devem admitir
Que o Ministro da Alimentação fala bem.

2
Quando o regime liquidou mil homens
Num único dia, sem investigação nem processo
O Ministro da Propaganda louvou a paciência infinita do Führer
Que havia esperado tanto tempo para a matança
E havia acumulado os patifes de bens e distinções
Fazendo-o num discurso tão magistral, que
Naquele dia não só os parentes das vítimas
Mas também os próprios algozes choraram.

3
E quando em um outro dia o maio dirigível do Reich
Se desfez em chamas, porque o haviam enchido de gás inflamável
Poupando o gás não inflamável para fins de guerra
O Ministro da Aeronáutica diante dos caixões dos mortos
Que não se deixaria desencorajar, o que ocasionou
Uma grande ovação. Dizem que houve aplausos
Até mesmo de dentro dos caixões.

4
E como é exemplar a propaganda
Do lixo e do livro do Führer
Onde quer que seja jogado.
Para propagar o hábito de jogar trapos, o poderoso Göring
Declarou-se o maior “juntador de crápulas” de todos os tempos
E para acomodar os crápulas fez construir
No centro da capital do Reich
Um palácio ele mesmo do tamanho de uma cidade.

5
Um bom propagandista
Transforma esterco em local de veraneio.
Quando não há manteiga, ele demonstra
Como um talhe esguio faz um homem esbelto.
Milhares de pessoas que o ouvem discorrer sobre as autoestradas
Alegram-se como se tivesse carros.
Nos túmulos dos que morreram de fome ou em combate
Ele planta louros. Mas já bem antes disso
Falava de paz enquanto os canhões passavam.

6
Somente através da propaganda perfeita
Pôde-se convencer milhões de pessoas
Que o crescimento do Exército constitui obra de paz.
Que cada novo tanque e uma pomba da paz.
E cada novo regimento uma prova de

Amor à paz⁵⁷.

Para Arendt, nos espaços onde o terror age plenamente e com perfeição, como nos campos de concentração, por exemplo, até mesmo a propaganda pode ser vilipendiada. Diz Arendt:

[...] Onde o reino do terror atinge a perfeição, como nos campos de concentração, a propaganda desaparece inteiramente; na Alemanha nazista chegou a ser expressamente proibida. Em outras palavras, a propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não-totalitário; o terror, ao contrário, é a própria essência de sua forma de governo⁵⁸.

A descrição singular de Arendt acerca do fenômeno totalitários demonstra como a propaganda e o terror atuaram no processo de mobilização das massas. Explícita como o isolamento, um fenômeno da sociedade de massa se opõe à condição humana da pluralidade; oblitera a esfera pública, o espaço da ação, da liberdade.

4- As condições reservadas à política no mundo moderno

Na teoria política de Hannah Arendt, mundo moderno, como mencionado anteriormente difere do conceito de era moderna. A era moderna, na concepção da autora, começa no século XVII e termina no século XX. Ao passo que, “politicamente, o mundo moderno em que vivemos surgiu com as primeiras explosões atômicas”⁵⁹. Em seis de agosto de 1945 as forças aéreas aliadas, lideradas pelos Estados Unidos, lançam uma bomba atômica sobre a cidadã japonesa de Hiroshima e no dia nove, sobre a cidade de Nagasaki. Foi o primeiro momento na história em que armas nucleares foram usadas em guerra contra alvos civis.

No prólogo de Arendt⁶⁰, a pensadora afirma que dois eventos, especialmente, marcam o início do que denomina mundo moderno: a conquista do espaço descrita por Arendt a partir do lançamento ao universo, em 1957, de um satélite artificial que, para a filósofa adquiriu relevância filosófica na medida em expressou da esperança de libertação do homem em relação a Terra. Esse evento ao lado de outras possibilidades científicas das

⁵⁷ BRECHT, 1990, p.197-199

⁵⁸ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.393.

⁵⁹ ARENDT, *A Condição Humana*, p.14.

⁶⁰ ARENDT, *A Condição Humana*.

décadas de 60 e 70 como a tentativa de criação da vida numa proveta representam o desejo paradoxal de fuga à condição humana.

O outro evento de igual relevância na caracterização do início do mundo moderno, segundo Arendt, é o processo de automação (substituição da força de trabalho do homem pela força de trabalho da máquina): a possibilidade ou, ao menos, o desejo de libertação dos homens do fado do trabalho. Esses eventos, segundo Arendt, ilustram a compreensão arendtiana do processo de alienação no mundo moderno: a tentativa de fuga do homem à sua condição.

Ao lado desses acontecimentos, as condições políticas reservadas ao mundo moderno se relacionam intrinsecamente com dois outros fatos que, na verdade, revelam o oposto do significado da política: “o surgimento de sistemas totalitários na forma do nazismo e do comunismo e o fato de que hoje em dia a política dispõe de meios técnicos, na forma da bomba atômica, para exterminar a Humanidade e, com ela, toda a espécie de política”⁶¹.

As experiências totalitárias do século XX politizaram plenamente a realidade, ao mesmo tempo que suplantaram os espaços de liberdade. De forma semelhante às democracias representativas contemporâneas, por meio do excesso de burocratização e da perda de poder de suas instituições, empreenderam a diminuição dos espaços de liberdade por meio dos quais os cidadãos poderiam agir e se fazer ouvir⁶². Nas palavras de Arendt, a burocracia é “a forma de poder na qual todo mundo é destituído de liberdade política, do poder agir”.

Afirma a autora na obra *Da Violência*:

[...] Hoje devemos acrescentar a mais nova e talvez a mais formidável forma desse domínio: a burocracia ou o domínio de um intrincado sistema de órgãos no qual homem algum pode ser tido como responsável, e que poderia ser chamado com muita propriedade o domínio de Ninguém. Se, de acordo com o pensamento político, identificarmos a tirania como um tipo de governo que não responde por seus próprios atos, o domínio de Ninguém é claramente o mais tirânico de todos, uma vez que não existe alguém a quem se possa solicitar que preste conta por aquilo que está sendo feito. E esse estado de coisas tornando impossível a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo, que figura entre as mais; potentes causas da inquietação rebelde

⁶¹ ARENDT, *Da Violência*, p.3.

⁶² ARENDT, *Da Violência*.

que reina em todo o mundo, de sua natureza caótica, e de sua perigosa tendência a descontrolar-se⁶³.

Para Arendt, as principais experiências políticas do século XX, na medida em que obliteram o sentido da política e se convertem na possibilidade de sua própria extinção tornam imprescindível a reflexão acerca do sentido da política justamente nesse mundo.

Destarte, à guisa de resumo, afigura-se necessário salientar: para Arendt, o cristianismo, o pensamento político moderno, as ciências políticas e sociais dos séculos XIX e XX, todos eles, corroboraram a separação entre política e liberdade. O totalitarismo (nazismo e o stalinismo, para Arendt), um acontecimento inteiramente novo, uma ruptura com o passado, expressa, nas condições políticas modernas, ponto alto dessa separação entre política e liberdade, tornando concomitantemente dissoluto o espaço público da matriz grega: produto humano, espaço da visibilidade, da palavra, da ação, da pluralidade; esfera na qual se instaura a liberdade.

De modo similar, as democracias representativas contemporâneas, por meio do excesso de burocratização e da perda de poder de suas instituições, empreenderam a diminuição dos espaços de liberdade, de ação política.

Neste sentido, afigura-se necessário ressaltar que os aspectos que circundam a noção arendtiana de espaço público nos conduzem à experiência grega da polis; onde liberdade e política se identificavam. O sentido da política é a liberdade, enfatiza frequentemente a pensadora. Entretanto, após a antiguidade este vínculo não pareceria mais tão claro, e, ofuscada, seria também a antiga diferença entre as esferas pública e privada.

Outrossim, na emergência do fenômeno totalitário, liberdade e política tornam-se noções antagônicas; e o espaço público, locus da liberdade, isto é, do sentido da política, tem a sua dissolução. Com a dissolução da esfera pública, a liberdade (política) parece ter perdido o seu espaço. E, se é ela o sentido da política, esta última — nas condições engendradas pelas experiências políticas do mundo moderno — parece carecer de sentido.

Considerações Finais

O paradigma da noção de espaço público que perpassa a obra de Hannah Arendt não é outro senão o da *pólis*, ou seja, a cidade-estado grega. A pensadora frequentemente

⁶³ ARENDT, *A Promessa da Política*, p.24.

acusada de certa nostalgia helênica, busca na tradição política e pré-filosófica os referenciais que iluminam o pensamento político contemporâneo.

Com o fim da antiguidade, conforme Hannah, a liberdade seria transposta de seu âmbito original – o do convívio entre os homens – para a esfera da interioridade, da vontade. Doravante, não mais se consideraria a liberdade o sentido da política.

A separação entre política e liberdade foi corroborada por toda a tradição: o cristianismo, o pensamento político moderno, as ciências políticas e sociais dos séculos XIX e XX. E o totalitarismo, uma radical ruptura com o passado, representa, nas condições políticas modernas, a separação das duas noções, tornando concomitantemente dissoluta a esfera pública, o espaço da política, como se nos é apresentado na matriz grega.

Não obstante o desvio em relação à experiência da antiguidade, descrita e discutida por Hannah Arendt, a autora insiste neste axioma: a liberdade é a razão de ser da política e o seu domínio de experiência é a ação. A ação é, para ela, começar e também dar cabo a alguma coisa. É a atividade política por excelência; a capacidade humana de trazer à baila algo inteiramente novo, de estabelecer novos inícios: a manifestação da liberdade e, enquanto tal, um milagre. O homem (como ser de ação) é, pois, um feitor de milagres, paradoxalmente frequentes na esfera pública. A ação é a atividade exclusiva da esfera da política: dos homens na companhia de outros. Nesta sorte, é neste espaço que podemos esperar (dos homens) novos inícios, milagres.

Esperar pela reconstituição do espaço público e pela retomada de sentido da política, em face de toda a tradição que separou a liberdade da política e, sobretudo, após um fenômeno sem precedentes – como o totalitarismo – é o mesmo que contar com milagres. Não se trata, todavia, de crer religiosa ou supersticiosamente em milagres, mas de acreditar na capacidade humana de agir, de encetar e dar cabo a algo novo, de estabelecer novos inícios.

É assim que, no bojo da reflexão arendtiana, a discussão acerca da reabilitação do espaço e do sentido da política no mundo contemporâneo termina em uma crença em milagres, isto é, na capacidade exclusivamente humana de agir.

Arendt apresenta um pensamento político sobremaneira original. Opões ao totalitarismo soviético sem se render à idolatria capitalista. Coaduna profunda atenção aos acontecimentos de seu tempo com significativa erudição e apropriação teórica da história. Alinhava o rigor filosófico à sensibilidade estética. Ilumina as sombrias experiências do mundo moderno com sua fidelidade à tradição e concomitante criatividade. Em sua vida e em sua obra encontramos uma amálgama de: engajamento político e distanciamento reflexivo, parcimônia e imaginação; firmeza na defesa de suas posições e tolerância em face da pluralidade.

Sua obra, formulada em “tempos sombrios”, não obstante, repudia o pessimismo. Sem qualquer dose de ingenuidade, Arendt considera que cada nascimento amplia o repertório de possibilidades e enriquece a vida no planeta com novas perspectivas e ações inovadoras capazes de trazer à baila o novo na esfera pública.

O pensamento político de Hannah Arendt é independente e original; dificilmente pode ser classificado nos esquemas tradicionais da teoria política. A autora alemã de origem judaica e exilada nos Estados Unidos dificilmente pode ser acomodada nas categorias de direita e esquerda que predominam no debate político público. Ela é realista e idealista, concomitantemente. Não nutre ilusões utópicas sobre o mundo, mas estabelece com firmeza que, como está, não deve continuar. Essa reflexão levou-a, em vista do primado da necessidade e do cuidado com a existência, dominante na política, a relacionar a política com a oportunidade e o espaço da liberdade e a enfatizar a importância da ação humana⁶⁴.

Com independência e autonomia, Arendt defende a república (*res-publica*) a democracia, a liberdade (política) e a importância da esfera pública no mundo moderno.

Referências:

ABRANCHES, Antônio. “Hannah Arendt: a fenomenologia da vida ativa e as condições limítrofes da existência humana no mundo moderno”. *Dissertação*. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1987.

⁶⁴ ARENDT, *O que é política?* p.4.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. 10ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. [S.l.]: Difel, 2009.

ARENDT, Hannah. *Da Dignidade da Política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ARENDT, Hannah. *Da Violência*. Tradução: Maria Claudia Drummond, 2004.

ARENDT, Hannah. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. (Coleção Pensamento e Filosofia).

BRECHT, Bertold. “Sátiras Alemãs”. In: *Poemas 1913-1956*. São Paulo: Brasiliense, 1990, 197-199.

CORREIA, A. NASCIMENTO, M (org). *Hannah Arendt: entre o passado e o futuro*. Juíz de Fora: UFJF, 2008.

FELÍCIO, Carmelita Brito de Freitas. “É possível reabilitar o sentido da política? Em torno do legado de Hannah Arendt”. In: *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 13, p. 167, outubro, 2003.

FIGUEIREDO, Lídia. “O pensamento político de Hannah Arendt: uma Revolução Copernicana?” In: *Revista Portuguesa de Filosofia*, n.58, 2002.

GARCIA, Cláudio Boeira. “*Arendt: acontecimento, compreensão e política*”. In: *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 13, 2003.

LAFER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2003.

LAFER, Celso. “O Sopro do Pensamento, o Peso da Vontade e o Espaço Público do Juízo: dimensões filosóficas da reflexão política de Hannah Arendt”. In: *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v.30, n.114,1999 p.184-200.

LEFORT, Claude. *Hannah Arendt e a Questão do Político in Pensando o Político*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991, p.63-75.

MORAES, Eduardo Jardim de. “Filosofia e Filosofia Política em Hannah Arendt”. In: *Perspectivas*, v.16, 1993, p.111-118.

LUDZ, Úrsula. *Hannah Arendt __ Martin Heidegger: Correspondência 1925/1975*. Trad. Marcos Antônio Casa Nova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MATOS, Olgária Chain Feres. “O storyteller e o flâneur - Hannah Arendt e Walter Benjamin”. In: MORAES, Eduardo Jardim e BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Hannah Arendt - diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.90-96.

MAY, Derwent. *Hannah Arendt: a notável pensadora que lançou uma nova luz sobre as crises do século XX*. Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial, 1988.

NASCIMENTO, Mariângela Moreira. UFMG. “A Questão da liberdade no pensamento político de Hannah Arendt”. *Dissertação* - UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1994 (paginação irregular), p.1-2.

ORTEGA, Francisco. *Para uma Política da Amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 2000;

ROVIELLO, Anne-Marie. *Senso Comum e Modernidade em Hannah Arendt*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1987.

TELLES, Vera da Silva. *Política e Espaço Público na Constituição do 'Mundo Comum': notas sobre o pensamento de Hannah Arendt*. Belo HORIZONTE: UFMG, Direitos Sociais, 1999, p.29-77.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Por Amor ao Mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Trad. Antônio Trânsito, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

Recebido em: 09/04/2015

Aceito em: 24/07/2015